

UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA SOBRE PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE DROGAS

MALHEIROS, Irene de Jesus Andrade - DPPE/SEED
dediprevencao@seed.pr.gov.br¹

ALVES, Silvio (DPPE/SEED)
dediprevencao@seed.pr.gov.br²

Área Temática: Formação de Professores
Agência Financiadora: Não contou com financiamento

Resumo

Nas últimas décadas verifica-se novos comportamentos relacionados ao uso indevido de drogas, tais como: o uso abusivo de medicamentos (ansiolíticos, anti-depressivos, entre outros), o uso de drogas sintéticas (ecstasy, crack, LSD, dentre outras), a precocidade de seu uso e sua associação com atos violentos. Diante disso, o assunto prevenção ao uso indevido de drogas tem sido permeado por controvérsias, interesses e disputas, que se manifestam em várias instituições e países. Assim, pretende-se discutir a prevenção ao uso indevido de drogas no espaço da Rede Estadual de Ensino do Paraná, identificar os principais desafios e delinear pressupostos teórico-metodológicos, mesmo que provisórios, para implementar pedagogicamente a Prevenção ao Uso Indevido de Drogas na Educação Básica. Para situar o papel das escolas públicas diante da questão da prevenção ao uso indevido de drogas, fizemos um estudo bibliográfico com base em artigos acadêmicos, dissertações e teses produzidos recentemente na área das Ciências Humanas. O resultado demonstrou que é necessário defender a prevenção ao uso indevido de drogas nas preocupações pedagógicas e nos currículos, e também, consolidar uma concepção de educação pública compreendida como socialização do conhecimento entre professores-alunos e escola-comunidade. Além disso, um dos principais desafios é o de repensar os discursos e as práticas repressivas predominantes nos debates sobre prevenção. E, assim, encaminhar outras práticas pedagógicas de prevenção de caráter crítico e histórico, articuladas aos conteúdos das diferentes disciplinas da Educação Básica. Com isso, professores e alunos podem desenvolver e ampliar argumentos consistentes, críticos e politizados sobre situações e contextos nos quais as drogas estão presentes.

Palavras-chave: Escola Pública; Prevenção; Drogas.

¹ Professora de Ciências e Biologia, mestre em Educação (UFPR) e técnica-pedagógica da equipe de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, da Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos, da Diretoria de Políticas e Programas Educacionais - DPPE, da Secretaria de Estado da Educação - SEED.

² Professor de História, especialista em Filosofia Moderna e Contemporânea (UEL-PR) e técnico-pedagógico da equipe de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, da Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos, da Diretoria de Políticas e Programas Educacionais - DPPE, da Secretaria de Estado da Educação - SEED.

Introdução

As sociedades humanas passaram por transformações nos últimos cinquenta anos, principalmente nas esferas educacional, tecnológica, político-social, cultural e econômica, as quais impactaram o modo de ser e de viver das mesmas. Com isso, os modos de vida influenciam e são influenciados por novas tecnologias, mídias e pelas forças políticas e econômicas em jogo. Essas relações reforçam e estabelecem hábitos concernentes ao uso indevido de drogas, como fumar, consumir excessivamente bebidas alcoólicas e outras substâncias químicas.

Embora o contexto relacionado ao consumo de drogas no Brasil e por extensão no Paraná, ainda seja pouco conhecido, os estudos disponíveis apontam que o álcool, o tabaco e alguns medicamentos psicotrópicos são as drogas mais consumidas e responsáveis pelos maiores índices de problemas nas áreas de saúde pública, educação e segurança, dentre outras. (NOTO; GALDURÓZ, 1999).

Diante de tal constatação pretende-se discutir a prevenção ao uso indevido de drogas no âmbito da Rede Estadual de Ensino do Paraná, a fim de situar o papel das escolas públicas neste quadro.

É importante destacar que tratar sobre a problemática das drogas implica considerar que elas estiveram, estão e, ao que tudo indica, estarão presentes no cotidiano social e cultural da humanidade, sendo representada, por vezes, através de rituais de pajelança, cerimônias religiosas, usos medicinais, recreacionais, abusivos, entre outros. Além disto, estudos demonstram a disseminação de novas drogas sintéticas, a precocidade de seu uso e sua associação com atos violentos. Assim sendo, percebe-se o quanto o assunto é polêmico, complexo e desafiador, sobretudo ao ser abordado no campo educacional.

Prevenção ao Uso Indevido de Drogas e a Rede Estadual de Ensino do Paraná

A Rede Estadual de Ensino do Paraná é constituída por 32 Núcleos Regionais de Educação (NRE)³, aproximadamente 2.100 escolas, 1.359.787 alunos matriculados e 63.322

³ Os NREs são extensões da SEED, distribuídos por todo o Estado, os quais atendem a toda comunidade escolar nos municípios sob a jurisdição de cada um desses NREs.

professores, conforme o resultado do Censo Escolar de 2006 (BRASIL, 2007)⁴.

A concepção de educação da Rede Estadual de Ensino visa “contribuir para minimizar desigualdades sociais e... [conquistar] uma sociedade justa e humana” (PARANÁ, 2006, p. 11), pois as desigualdades sociais, presentes no processo histórico brasileiro e paranaense, são influenciadas por práticas econômicas, políticas, sociais elitistas e privatistas. Em decorrência desta concepção destacam-se nesta abordagem: o papel das escolas públicas diante da situação das drogas, a questão da formação dos profissionais da educação sobre este assunto e a prevenção ao uso indevido de drogas como um dos desafios educacionais contemporâneos.

A partir da história da Educação Básica no Estado do Paraná constata-se que a definição do papel da escola tem sido um constante desafio no âmbito da política pública. Diante disso, vislumbra-se a urgência em constituir “uma escola que assume a responsabilidade de atuar na transformação e na busca do desenvolvimento social, cujos sujeitos que dela participam, empenhem-se na construção de uma proposta para a realização desse objetivo” (PARANÁ, 2006, p. 11). Dessa forma, a escola como espaço privilegiado para a socialização dos conhecimentos historicamente construídos pela humanidade, pode e deve intensificar e ampliar os estudos e discussões sobre a problemática das drogas, envolvendo, se possível, todos os sujeitos da comunidade escolar.

Portanto, é na escola pública que o processo de reflexão se desenvolve pela prática dialógica e problematizadora, favorecendo diferentes leituras de mundo e possibilitando condições para que “sejam produzidas as bases de uma nova sociedade que se contraponha ao modelo gerador de desigualdades e exclusão social que impera nas políticas educacionais de inspiração neoliberal” (PARANÁ, 2006, p. 11).

Com relação à formação dos professores constata-se algumas dificuldades para tratar pedagogicamente a prevenção ao uso indevido de drogas, as quais são compreensíveis ao considerar que a formação inicial dos mesmos é insuficiente, não sendo capaz de dar conta de conhecimentos científicos relacionados às drogas. Pois, “tanto na área específica quanto na formação pedagógica dos professores, os cursos de licenciatura não preparam especificamente os professores para o enfrentamento [deste desafio], com exceção das áreas próprias da temática” (PARANÁ, 2006, p. 41). Sobre esta lacuna, no processo de formação docente, é

⁴ Os dados correspondem aos espaços urbano e rural. Disponível em <<http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/escolar/news>>, acessado em 16 de novembro de 2007.

algo que se arrasta há décadas, pois a Lei 6.368/1976 (revogada) já previa em seu Art. 5º, que “Nos programas dos cursos de formação de professores serão incluídos ensinamentos referentes a substâncias entorpecentes ou que determinem a dependência física ou psíquica, a fim de que possam ser transmitidos com observância dos seus princípios científicos” (BRASIL, 1976).

Diante disso, os cursos de licenciatura precisam “investigar e compreender os principais problemas que afligem a humanidade e que de certa forma, são inerentes ao contexto escolar” (MALHEIROS, 2006, p. 24) como é o caso da prevenção ao uso indevido de drogas. A lacuna deixada pelos cursos de licenciatura, portanto, precisam ser preenchidas no decorrer da profissionalização desses professores, por meio da formação continuada. O disposto na atual legislação sobre drogas (Lei 11.343/2006), em seu capítulo I, Art. 19, inciso X⁵ prevê a necessária formação continuada de professores no campo da prevenção ao uso indevido de drogas nos dois níveis de ensino⁶ - Educação Básica e Educação Superior - conforme dispõe a LDBEN/967. Este direito está em consonância com a Política Nacional sobre Drogas que determina a inclusão “no currículo de todos os cursos de Ensino Superior e Magistério disciplina sobre Prevenção do Uso Indevido de Drogas, visando à capacitação do corpo docente (...)” (BRASIL, 2001, p. 21).

Portanto, é fundamental a formação adequada dos professores, pois em decorrência de sua formação incipiente tendem a desenvolver um trabalho acrítico, abordando a questão das drogas baseados em crenças pessoais, incorrendo muitas vezes em preconceitos e discriminações ou então, se valendo de um discurso “que apela mais para uma argumentação baseada em repressão e medo (...)” (CRUZ, 2002, p. 203).

Assim, a escola, como toda instituição social é permeada por relações de poder e necessita compreender suas atribuições neste contexto para atuar, intervir e realizar ações preventivas em consonância aos desafios atuais. Tais linhas de ação precisam ser contempladas em cada uma das escolas em conformidade com as Diretrizes Curriculares para a Educação Pública do Estado do Paraná, através de seus Projetos Políticos Pedagógicos e

⁵ Art.19, inciso X “o estabelecimento de políticas de formação continuada na área de prevenção do uso indevido de drogas para profissionais de educação nos 3 níveis de ensino” (BRASIL, 2006).

⁶ Conforme o Título V *Dos níveis e das modalidades de educação e ensino*, Cap. I *Da composição dos níveis escolares*, Art. 21 da LDB: “A educação escolar compõe-se de: I educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II educação superior”.

⁷ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 20 de dezembro de 1996.

Regimentos Escolares, os quais orientam a concepção do estabelecimento de ensino sobre a prevenção ao uso indevido de drogas.

Uma proposta de abordagem pedagógica sobre Prevenção ao Uso Indevido de Drogas

O que exatamente abordar, no cotidiano escolar, ao tratar sobre a questão das drogas? Geralmente, os conteúdos trabalhados caracterizam-se por um viés superficial e permeado de preconceitos, além de precária cientificidade. O encaminhamento proposto é o de tratar a prevenção ao uso indevido de drogas de maneira crítica, histórica e pedagógica articulada aos conteúdos das diferentes disciplinas da Educação Básica. No entanto, a questão das drogas e sua prevenção "não podem se impor à disciplina numa relação artificial e arbitrária, devem ser 'chamados' pelo conteúdo da disciplina em seu contexto e não o contrário, transversalizando-o ou secundarizando-o" (PARANÁ, 2008, p. 12). Desta forma, compreende-se que este trabalho é um desafio, pois, de acordo com Andréa Barros e Alberto Ramos (1998, p. 41) "não há um modelo de prevenção que tenha a garantia do sucesso". Além disto, afirmam que as drogas na atualidade "são uma incógnita para a sociedade, os especialistas, o governo e a política".

Contudo, tratar a prevenção ao uso indevido de drogas é um compromisso da escola pública, pois segundo Cleide Almeida (2000, p. 12) a abordagem sobre drogas nas escolas tem sido "vacilante, cheia de lacunas, mal orientada ou é, por vezes, silenciada". Nas escolas, geralmente, predominam o reducionismo no tratamento pedagógico da prevenção ao uso indevido de drogas. Enfatiza-se o viés biológico que privilegia as disciplinas de Ciências e Biologia, cujo foco principal é a descrição das drogas e seus efeitos danosos para o organismo. Esta abordagem trata as drogas como um fenômeno isolado, sem refletir sobre os contextos e os determinantes sociais, políticos, econômicos, históricos, culturais, étnico-raciais, religiosos e éticos envolvidos.

Outro aspecto contido em muitos projetos e programas de prevenção ao uso indevido de drogas, é o "terrorismo farmacológico" como estratégia educacional, conforme Amadeu Cruz (2002, p. 44). Com o pretexto de tratar as informações científicas sobre drogas, exageram nos seus efeitos, fatos são distorcidos, dúvidas científicas se transformam em verdades, e muitas certezas da ciência são escamoteadas (CRUZ, 2002). A questão é percebida também nos livros didáticos, os quais, em sua maioria, não contribuem para um

trabalho significativo no que tange à prevenção ao uso indevido de drogas. A partir da análise sobre a abordagem de drogas nos livros didáticos de Ciências e Biologia, Beatriz Carlini-Cotrim e Fúlvia Rosemberg (1991, p. 303) identificaram que os textos:

são regidos por dois eixos complementares: adotam a pedagogia do amedrontamento e se organizam em torno do conceito implícito de dependência (e não do uso) de drogas. [...] Ao invés de se transmitirem precisões conceituais, dados sobre incidência, análise das causas e orientações para prevenção e tratamento, ocorre uma hipertrofia do efeito do uso de drogas, mais especialmente de sua dependência. O tema predominante nas ilustrações é a morte: caveiras, esqueletos (parciais ou completos) e túmulos. Mesmo quando a morte está ausente, o clima da ilustração é sombrio e desolador. Homens com barba por fazer, correntes que os atrelam, labirintos e fundos escuros conferem, juntamente com a morte, o clima de degradação social e moral que se quer associar ao uso de drogas.

As referidas autoras apontaram que o impacto maior é:

a abstração do fato que a droga pode propiciar prazer (na forma de sensações gostosas ou de alívio de sensações ruins). Ao negar esta possibilidade, passa-se a contar somente com a ingenuidade como categoria explicativa. Dentro desta lógica, é a ingenuidade que faz com que o adolescente ceda à curiosidade, à pressão do grupo ou à oferta do traficante e, hipoteticamente, evite o uso de drogas com a argumentação contida nos livros” (idem, 1991, p. 304).

Assim, é preciso atentar para as múltiplas facetas das informações a fim de que estas não se dêem pelos extremos, pois, conforme Cleide Almeida (2000, p. 85) "... um extremo é o otimismo da informação, o entendimento de que todos os problemas se resolveriam com informações sérias, científicas, bem intencionadas. [...] Outro extremo é o pessimismo da informação, que a considera como perigosa e estimulante e também pode levar ao silêncio". As informações devem, portanto, ser dosadas e tratadas de acordo com a realidade local.

Conforme Amadeu Cruz (2002, p. 40) “um fator de fracasso da prevenção é aquele que considera esta atividade um evento isolado, dissociado de um planejamento global ou integrado”. Geralmente, tais eventos são abordados por meio de palestras, dia da prevenção, mural das drogas, entre outros. Este tratamento não caracteriza a prevenção propriamente dita, pois ela deve resultar de um processo educacional constante e permanente nas escolas e não ser tratada por meio de ações pontuais e esporádicas ou lembrada apenas em datas

comemorativas como o Dia Internacional de Combate às Drogas (26/06) e Dia Mundial do Combate ao Fumo (31/05), por exemplo.

Outro aspecto importante a ser refletido refere-se à importação de modelos de programas externos à realidade nacional, os quais são provenientes sobretudo dos Estados Unidos, visto os significativos investimentos que este país faz no setor. Um dos problemas desta prática é o resultado pedagógico que não reflete a realidade do local e sim a realidade social, política e econômica reproduzida⁸. Há que considerar, portanto, a especificidade nacional caracterizada pelo grande consumo de solventes entre crianças e adolescentes em vários Estados brasileiros e também, segundo Helder Ferreira, João Luís Souza e Viviane Cubas (2003, p. 3) atinge grande parte das escolas, sendo os mais utilizados: "esmalte, éter, acetona e o corretor líquido". Nesta perspectiva, a ação preventiva deveria ser mais incisiva sobre as drogas que causam maiores danos à população. Frequentemente o foco principal das ações preventivas são as drogas ilícitas como a maconha, a cocaína, o LSD, o ecstasy, dentre outras, sendo que o problema maior está entre as drogas lícitas, pois, "o álcool, o tabaco e alguns medicamentos psicotrópicos (especialmente ansiolíticos e anfetaminas), embora não tão alardeados, continuam sendo as drogas mais consumidas e as que trazem os maiores prejuízos à população brasileira" (NOTO; GALDURÓZ, 1999, p. 147).

Sendo assim, trabalhar com a prevenção ao uso indevido de drogas no âmbito da política educacional do Estado do Paraná implica compreender, primeiramente, que o trabalho é com o conhecimento escolar, o qual "é específico, advindo da produção intelectual dos homens, mas que serve para possibilitar também o conhecimento amplo, elaborado na ação humana coletiva, numa teia de relações sociais que geram novas necessidades de reflexões e elaborações teóricas" (PARANÁ, 2006, p. 12). Na medida em que se concebe o conhecimento numa perspectiva aberta e relacionada, percebe-se que limitar a abordagem sobre as drogas apenas aos seus tipos e respectivos efeitos maléficos ao organismo, próprio do reducionismo, não favorece a mobilização de professores e alunos no processo de investigação e produção de conhecimento escolar sobre a prevenção ao uso indevido de drogas.

⁸ Por exemplo, trabalhos efetuados por alunos sobre as drogas demonstram com 100% de frequência a heroína, cocaína, maconha e LSD como os principais exemplos. De acordo com Amadeu Cruz, "o curioso é que a heroína não é problema no Brasil. Aqui não existe tráfico dela, uma vez que seu preço é muito caro para os padrões econômicos brasileiros" (2002, p. 47).

Portanto, o trabalho pedagógico requer um razoável entendimento teórico. Para tanto, os professores e demais profissionais da educação precisam de fundamentação teórica e formação continuada para contribuir no processo de prevenção ao uso indevido de drogas, numa perspectiva crítica, histórica e pedagógica, a qual objetiva no processo de socialização do conhecimento não revelar a verdade absoluta e sim, como nos diz Andrew Weil (1986, p. 20): “descobrir maneiras mais úteis de pensar sobre os fenômenos ” que envolvem as drogas.

Na medida em que se compreende, no processo de formação dos sujeitos, a prevenção ao uso indevido de drogas como conhecimento que supere a perspectiva do conservadorismo e da mera reprodução prioriza-se “fazer com que o jovem pense e reflita de maneira crítica sobre sua vida, suas escolhas, seus desejos, suas frustrações e futuro” (SODELLI, s/d, p. 2). É importante esclarecer que pensar de maneira crítica é uma postura que se caracteriza pela suspeita dos conceitos e das concepções e discursos em jogo, contrapondo-se às abordagens reducionistas e tendenciosas, como já vimos anteriormente. O desdobramento da postura de suspeita remete-nos à seguinte exigência: “não podemos construir propostas curriculares descoladas de uma clara concepção de educação que oriente os procedimentos relativos não somente aos seus desdobramentos, os conteúdos escolares, mas que com certeza, deverão garantir presença em todo o arcabouço do processo ensino-aprendizagem, qual seja – do planejamento à avaliação” (PARANÁ, 2006, p. 33). Além da clareza de concepção de educação, os professores devem estar seguros quanto a “concepção de mundo, de escola e de homem [...] bem como a identificação da escola pública e sua função na sociedade, entendidos como elementos fundantes da práxis educativa” (PARANÁ, 2006, p. 39).

Neste sentido, é importante considerar um tratamento pedagógico que possa ser o mais coerente possível, considerando as informações trazidas pelos alunos a fim de confrontá-las com o saber sistematizado, permitindo, assim, maior reflexão e crítica sobre as questões que envolvem as drogas. É necessário pôr em crise as informações, questioná-las, e com isso incitar os alunos a discutir os aspectos sociais, econômicos, políticos, históricos, éticos e culturais envolvidos na problemática das drogas, bem como as relações de poder nestas circunstâncias.

Desta forma, é preciso tratar os conteúdos relacionados às drogas de uma maneira mais ampla, num processo de desconstrução e reconstrução de abordagens que contemplem as implicações e as inter-relações dos contextos sociais, políticos e econômicos. Assim, o

entendimento sobre a prevenção ao uso indevido de drogas vai além das discussões do campo biológico e perpassa outras áreas do conhecimento como as Ciências Humanas e Exatas, possibilitando que as diferentes disciplinas da matriz curricular possam contribuir por meio de seus conteúdos.

Tal consideração aponta para integração entre as disciplinas, a qual por sua vez permite problematizar a fragmentação do conhecimento escolar e sinalizar para uma visão mais abrangente dos conhecimentos. Esta perspectiva relacional, segundo Basil Bernstein (*apud* PARANÁ, 2006, p. 30) favorece para que "a fragmentação do conhecimento escolar possa ser diminuída pela integração dos saberes escolares com os saberes cotidianos em contraposição à visão hierarquizada e dogmática do conhecimento". Portanto, é preciso buscar constantemente conhecimentos científicos e práticas preventivas que possam, de fato, fazer sentido para os sujeitos envolvidos. Dessa maneira, professores podem minimizar sua insegurança ao lidarem com o complexo assunto das drogas, trazendo maior tranquilidade e qualidade pedagógica na prevenção ao uso indevido de drogas nas escolas.

Neste processo, os sujeitos desenvolvem e adquirem argumentos consistentes para posicionar-se frente às situações relacionadas à legislação específica das drogas, à drogadição, à vulnerabilidade, ao preconceito, à discriminação dos usuários, à influência da mídia, ao narcotráfico e à violência associada às drogas, ao invés de conhecer somente os efeitos das drogas no organismo. Portanto, os assuntos propostos para o tratamento pedagógico da prevenção ao uso indevido de drogas⁹ podem ser mobilizados pelas diferentes disciplinas¹⁰ da matriz curricular, como parte dos conteúdos historicamente construídos e embasados no conhecimento científico. Desta forma, a abordagem defendida sobre prevenção ao uso indevido de drogas é contrária à perspectiva dos Temas Transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais, os quais relegam alguns conteúdos escolares a um segundo plano, tratando-os por meios de projetos, comprometendo assim, a concepção de escola pública da atual política educacional paranaense.

A seguir, apresentamos uma relação de assuntos, os quais se encontram articulados com a problemática das drogas e permitem aos professores estabelecerem conexões com suas

⁹ Sociedade Contemporânea, Legislação Específica, Drogadição, Preconceito e Discriminação do Usuário, Violência e Influência da Mídia.

¹⁰ Os assuntos relativos à prevenção ao uso indevido de drogas ao serem tratados pelas diferentes disciplinas "não podem se impor à disciplina numa relação artificial e arbitrária, devem ser "chamados" pelo conteúdo da disciplina em seu contexto e não o contrário, transversalizando-o ou secundarizando-o" (PARANÁ, 2008, P. 12).

respectivas disciplinas. Dessa forma, o esforço consiste em organizar provisoriamente este “quebra-cabeças” em torno da prevenção ao uso indevido de drogas nas escolas, por meio de conceitos e de pressupostos que possibilitem estipular uma base, um “chão” para o debate. E, a partir daí, espera-se, não formar especialistas em prevenção ao uso indevido de drogas e, sim que professores e alunos desenvolvam e ampliem argumentos consistentes, críticos e politizados sobre situações e contextos nos quais as drogas estão presentes.

Sociedade Contemporânea - Toda abordagem sobre as drogas no contexto escolar deve necessariamente partir do conceito de sociedade contemporânea¹¹. Assim, é preciso estabelecer as características desta sociedade, conhecê-la e desvelar suas representações e discursos, tendo em vista a necessidade de viver e sobreviver em contextos, nos quais predominam a injustiça e as desigualdades sociais, a pobreza, o racismo, o sexismo, o preconceito e a discriminação diante de tantas situações. Conforme Tom Valença (2004, p. 1) “vivemos num país com características socioculturais extremas: por um lado, distribuição desigual de renda, índice de assassinatos altíssimo, imagem pública tradicionalmente ligada à corrupção, além de grandes bolsões de analfabetismo, e por outro lado, uma cultura que explicita o lúdico – carnaval, futebol, jogos de azar – de forma intensa”.

Sendo assim, a compreensão crítica e histórica que se busca desta sociedade objetiva uma reflexão sobre as representações dos usos indevidos que se faz das drogas, a fim de romper com os estigmas que foram conferidos pelo capitalismo, pela mídia e pelas concepções neoliberais de organização da sociedade. Estas reflexões são necessárias, principalmente quando pensamos na formação de sujeitos críticos, questionadores e politizados, pois, segundo Alexandre Dumans: “queremos novos destinos para a nossa juventude (...) que não sejam a cadeia ou o extermínio; queremos estudar a questão da droga e a criminalização crescente das mulheres; (...) queremos produzir uma reflexão latino-americana voltada para nossa realidade” (2002, p. 37).

Drogas: ações e efeitos - O uso de drogas consiste num fenômeno complexo que resulta da combinação de, pelo menos, três fatores fundamentais: o sujeito, o produto (droga)

¹¹ "Identifica-se o período após II Guerra Mundial como a configuração de uma sociedade totalmente nova, que nós, hoje, por comodidade, chamamos de pós-industrial e/ou sociedade contemporânea. Caracteriza-se pelo fato do seu epicentro não ser mais a produção em grande escala de produtos materiais, mas a produção de bens imateriais. Isto é, símbolos, valores, serviços, informações e estética. (...) A sociedade contemporânea está cercada de dúvidas, incertezas, mudanças, impregnada de novos conceitos, plena de rupturas. Para alguns tudo isso representa de fato, um corte cultural e epistemológico, uma época onde as fronteiras estão se desfazendo, uma época chamada também de pós-modernidade" (SCHMIDT, 2007, p. 1).

e o contexto sócio-cultural. Desta forma, é preciso considerar os conceitos de drogas, de uso indevido, de dependência, de tolerância e de síndrome de abstinência, entre outros, os quais devem ser explicitados, a fim de que se tenha o entendimento da concepção da drogadição na sociedade contemporânea e por extensão na escola.

Considera-se importante abordar neste tópico sobre as drogas: a classificação quanto à origem (naturais, semi-sintéticas e sintéticas); os mecanismos de ação nos organismos (depressoras, estimulantes e alucinógenas); a legalidade (lícitas e ilícitas); e os tipos de usuários quanto a frequência (experimentadores, ocasional, habitual e dependente). Esta abordagem precisa ser discutida à luz de um referencial teórico crítico e consistente, o qual permitirá compreender as relações de poder que se estabelecem acerca da produção, distribuição e consumo.

Mídia e drogas - A partir da década de 1960, a temática sobre o abuso de drogas passa a ocupar um espaço significativo na mídia, e de acordo com Amadeu Cruz (2002, p. 16) esse papel “contribui para a construção de representações sociais no imaginário da população”. Discutir e compreender tais representações constitui-se em tarefa desafiadora, pois a influência da mídia é considerável por estar vinculada aos interesses econômicos, reproduzindo e legitimando o discurso neoliberal (SODELLI, s/d, p. 2). Nesse processo, são construídos discursos hegemônicos direcionados à juventude, que associam as drogas, especialmente o álcool,¹² a um conteúdo simbólico e estruturado com temas de seu interesse, como a música, a moda, o estilo de vida, o esporte e o lazer. Ainda, de acordo com esta questão, Ilana Pinsky argumenta que “as imagens do álcool na mídia parecem ter o efeito de cotidianizar, banalizar e legitimar o consumo de bebidas alcoólicas acabando, assim, por diluir a eficácia das campanhas de prevenção” (Pinsky *apud* BASÍLIO; GARCIA, 2006, p. 106).

Diante disto, um dos principais problemas refere-se à contradição entre os discursos de prevenção e as representações midiáticas em torno das drogas, pois, na medida em que a mídia apresenta as drogas, especialmente, as bebidas alcoólicas como substâncias úteis aos

¹² Há um destaque para o binômio *lazer e cerveja*: pode-se dizer que a mídia massifica e incentiva o consumo de bebida alcoólica. Os principais eventos nacionais, como carnaval e futebol são patrocinados pelas grandes marcas de cerveja. “Todas as noites nossas residências são invadidas por anúncios publicitários que associam a figura de jogadores de futebol a marcas de bebida alcoólica, algo proibido pela legislação brasileira. A adoção desses mecanismos de propaganda acabam por levar ao público a falsa idéia de que as bebidas alcoólicas, principalmente no que concerne à cerveja, estão ligadas à diversão, ao sucesso profissional, à sexualidade e à saúde (Paschoal *apud* BASÍLIO; GARCIA, 2006).

sujeitos, utilizadas, principalmente, nas horas de lazer, também as responsabiliza por grande parte dos atos de violência. Para Regina Medeiros (2006, p. 203) tal contradição “é absorvida e repercute de maneira diferente nos vários agrupamentos socioculturais. Obter os produtos ofertados é fundamental para colocar o... [sujeito] num lugar social privilegiado, para possibilitar sua participação social e dar idéia de pertencimento. Se os meios para conseguir os produtos ofertados forem considerados ilegais, os jovens são classificados como violentos, criminosos, transgressores, toxicômanos e perigosos”.

Legislação específica - É importante conhecer as legislações brasileiras sobre as drogas, pois fixam normas e as definem como lícitas e ilícitas. A atual legislação - Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, “prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências” (BRASIL, 2006). É importante considerar a Constituição Federal de 05 de outubro de 1988; a Lei Federal nº 8.069, de 13 julho de 1990 (que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA); e a Lei nº 9.394/1996, que determina as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estas e outras legislações Federais, Estaduais e Municipais relacionadas às disposições sobre o uso, consumo e produção de drogas trazem esclarecimentos significativos para a compreensão das relações que se estabelecem na sociedade, pensando em sua organização mais justa.

Contudo, algumas disposições legais apresentam-se irrealis; por exemplo, os artigos 81 e 243 do ECA¹³ que trata sobre a proibição da venda de armas e bebidas alcoólicas às crianças e aos adolescentes. Verifica-se que tais medidas não são executadas na prática, demonstrando que é preciso seriedade na efetivação das decisões legislativas, assim como na fiscalização quanto ao cumprimento da lei.

Narcotráfico - A questão do narcotráfico, embora seja um assunto denso, árduo e pouco discutido no âmbito escolar, torna-se relevante no debate pedagógico. Essa importância decorre da necessidade de pôr em crise as relações de poder que se estabelecem, praticamente,

¹³ Art. 81 - É proibida a venda à criança ou ao adolescente de: armas, munições e explosivos; bebidas alcoólicas; produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida (...). Art. 243 - Vender, fornecer ainda que gratuitamente, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente, sem justa causa, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida: Pena – detenção de seis meses a dois anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave (BRASIL, 1993, p. 35 e 94).

em todas as classes sociais e nos diversos segmentos da sociedade contemporânea. O narcotráfico movimenta, por ano, 500 bilhões de dólares, o equivalente a quase 1% do PIB mundial, sendo o segundo comércio do mundo, só perdendo para o de armas. Está à frente do comércio de petróleo, do vestuário, da alimentação e da habitação (ARBEX, 1993). Desta forma, "a droga se insere na categoria de indústria de transformação como qualquer outra indústria química e dispõe de fornecedores localizados no terreno formal da economia" (ALMEIDA, 2000, p. 62).

As relações de poder, de trabalho e de classe inserem-se neste debate e permitem discutir questões relacionadas ao narcotráfico, como o desemprego, o trabalho informal, a desigualdade social, a fome, a violência, entre outros. Por conseguinte, trata-se de um assunto pertinente para compreensão da complexa rede que se forma em torno das drogas e, assim, pode ser abordado no contexto das diversas disciplinas escolares. Também é possível contemplar na discussão a definição dos papéis da Polícia Civil, Militar e Federal, Ministério Público, Judiciário e Sistema Prisional, bem como as relações de poder entre grupos rivais, corrupção de autoridades, aliciamento de menores, rotas do tráfico, produção e consumo de drogas, lucratividade e prejuízos trazidos à sociedade, em decorrência de tais práticas.

Violência - A violência não é um dispositivo exclusivo da sociedade contemporânea, pois em outros momentos da história ela também se fazia presente. No entanto, a mídia tende a destacar as manifestações de violência como característica própria da contemporaneidade e associá-las ao uso indevido e ao comércio ilegal de drogas, supervalorizando a associação entre crimes, violência e drogas. Isto se torna mais evidente quando os atos violentos são relacionados com os grupos sociais estigmatizados, moradores de favelas e/ou periferia (MEDEIROS, 2006).

Por outro lado, é relevante destacar, conforme Ana Regina Noto e José Carlos Galduróz (1999, p. 147) "que a violência relacionada ao uso abusivo de drogas não fica restrita aos acidentes de trânsito, às cenas de brigas em bares ou entre traficantes, mas também envolve o ambiente familiar de forma considerável". Portanto, a violência vinculada às drogas ocorre em diferentes contextos, envolvendo sujeitos em suas diversas identidades culturais que os colocam em situações, por vezes, conflitantes tanto na relação pessoal quanto coletiva. Isso, tem despertado o interesse de vários pesquisadores que estudam as manifestações da violência no contexto das drogas, os quais buscam entender como se

manifestam os atos violentos, assim como encontrar alternativas para implementar medidas de prevenção.

Tais assuntos, portanto, são pertinentes e passíveis de problematização e de reflexão no espaço escolar. Precisam constituir-se numa prática permanente de discussão, pois a maioria das pesquisas aponta que o alto índice de consumo de álcool e outras drogas se dá na adolescência e na juventude, faixa etária em que se encontram os alunos da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino. Os esforços no tratamento pedagógico da prevenção ao uso indevido de drogas nas escolas precisam ser direcionados para a problematização e para a fundamentação dessa discussão a fim de implementar ações preventivas, de modo que estas façam sentido para a comunidade escolar.

Considerações Finais

O tratamento pedagógico da prevenção ao uso indevido de drogas constitui-se um desafio para a Rede Estadual de Ensino do Paraná, tendo em vista a dimensão desta e as situações diárias vivenciadas na escola por diretores, pedagogos, professores, funcionários, alunos e pais/mães/responsáveis na escola. Esta situação demonstra a urgência de uma discussão mais crítica e politizada. Para tanto, inúmeras variáveis precisam ser consideradas, dentre elas, a sociedade em que se vive, as identidades culturais dos sujeitos, a formação dos professores, as relações de poder, os aspectos sociais, políticos, econômicos, históricos, culturais, a realidade local e a(s) droga(s) mais utilizada(s).

Defende-se que os professores da Educação Básica, das diversas disciplinas, de todos os níveis e modalidades de ensino, precisam tratar das questões referentes à prevenção ao uso indevido de drogas, conforme a realidade e a necessidade do seu estabelecimento de ensino. Nesse sentido, a intervenção que se faz e/ou as ações preventivas desenvolvidas precisam partir do que está sendo vivido, pensado e realizado pela comunidade escolar.

Como vimos, há diferentes possibilidades de abordagens sobre a prevenção ao uso indevido de drogas presentes na sociedade e na escola. Para tanto, precisa-se considerar uma prática escolar fundamentada num processo de socialização do conhecimento entre professores e alunos e destes com o mundo. Por meio desta prática ambos podem refletir sobre compromisso político e produzir o próprio conhecimento em torno das implicações das

drogas na sociedade.

Além disso, é fundamental o trabalho articulado entre as instituições públicas e destas com a sociedade civil organizada. Neste sentido, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná desenvolve ações preventivas em parceria com outras instituições governamentais, tais como: Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado da Segurança Pública, Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, dentre outras, realizando um trabalho articulado de estudo e discussões sobre a problemática das drogas e sua prevenção no âmbito das escolas paranaenses.

Outro aspecto relevante é o fato de a própria comunidade escolar assumir o processo preventivo e não esperar que outros agentes de fora da comunidade o façam. Assim, promover discussões nas reuniões pedagógicas sobre prevenção é uma oportunidade para contemplar este assunto no currículo escolar por meio dos conteúdos das diversas disciplinas da Educação Básica.

Neste contexto, destaca-se a ação dos professores como pesquisadores. Deixam de ser meros observadores dos alunos e das ações que ocorrem no espaço escolar, tomando para estudo e investigação o próprio contexto escolar e as interferências da sociedade contemporânea. Nesta perspectiva, a ação investigativa possibilita o abandono de "práticas descritivas, pré-organizadas, de cunho factual, reducionista, ingênua e acrítica, para apreensão de um novo saber na prática escolar, a partir do real investigado" (PARANÁ, 2006, p. 35). Esta prática investigativa desencadeia um trabalho pedagógico sobre a prevenção ao uso indevido de drogas e aproxima esta discussão da realidade local considerando as necessidades e dificuldades da própria escola. Assim, as escolas públicas estaduais estarão contribuindo para a transformação cultural, política e econômica da sociedade paranaense.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cleide Rita Silvério. **Drogas**: uma abordagem educacional. São Paulo: Editora Olho d' Água, 2000. p. 99.

ARBEX JR, José. **Narcotráfico**: um jogo de poder nas Américas. São Paulo: Moderna, 1993. (Coleção polêmica).

BARROS, Andréa; RAMOS, Alberto. Perigo no recreio. **Revista Época**. São Paulo, p. 36-4,

15 de junho de 1998.

BASÍLIO, Mirian Cátia Vieira; GARCIA, Maria Lúcia Teixeira. Vendas de bebidas alcoólicas: questões (im)pertinentes. **Psicologia & Sociedade**. Florianópolis, v. 18, n. 3, 2006, p. 104-112. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>>. Acesso em: 16 out. 2007.

BRASIL, Lei 6.368/76. **Diário Oficial da União**, Brasília. 22 out. 1976. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L6368.htm>>. Acesso em: 10 ago 2006.

BRASIL. Ministério do Bem-Estar Social. **Estatuto da criança e do adolescente**. Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência, 1993.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 11.343 de 23 de agosto de 2006**. Brasília: D.O.U. de 24.08.2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm>. Acesso em: 10 maio 2006.

BRASIL. Secretaria Nacional Antidrogas. **Política Nacional Antidrogas**. D.O.U N° 165-27.08.2002. Brasília: Presidência da República, Gabinete de Segurança, Secretaria Nacional Antidrogas, 2001. 36p.

CARLINI-COTRIM, Beatriz; ROSEMBERG, Fúlvia. Os livros didáticos e o ensino para a saúde: o caso das drogas psicotrópicas. **Revista Saúde Pública**. São Paulo, v. 25, n. 4, agosto 1991, p. 299-305. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?> Acesso em: ago. 2007.

CRUZ, Amadeu Roselli. **A análise do discurso da prevenção do abuso de drogas**. Belo Horizonte: 2002. Tese. Faculdade de Letras da UFMG.

DUMANS, Alexandre Moura. Nada de novo no *front*. **Revista Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 181, p. 36-38, abr. 2002.

FERREIRA, Helder; SOUZA, João Luís de; CUBAS, Viviane. **Crime e Drogas: Consumo e tráfico**. 2003. Disponível em: <http://www.nevusp.org/downloads/down156.pdf>. Acesso em: [jun. 2007](#).

MALHEIROS, Irene de Jesus Andrade. **Os temas sociais contemporâneos e sua representação junto aos formandos e egressos do curso de Ciências Biológicas da UFPR**. Curitiba: UFPR, 2006. Dissertação (Mestrado), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes - UFPR.

MEDEIROS, Regina. Jovens, violência e drogas no contexto urbano. In: CIRINO, Oscar; MEDEIROS, Regina (Orgs.) **Álcool e outras drogas: escolhas, impasses e saídas possíveis**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 199-208.

NOTO, A. R. e GALDURÓZ, J. C. F. O uso de drogas psicotrópicas e a prevenção no Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, vol.4, n.1, p. 145-151, 1999.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Introdução às Diretrizes Curriculares.** (2006) Disponível em: <http://diadiaeducacao.pr.gov.br>. Acesso em: ago. 2007.

PARANÁ, Coordenação de Gestão Escolar CGE/SEED. Semana Pedagógica Descentralizada. **Os desafios educacionais contemporâneos e os conteúdos escolares:** reflexos na organização da proposta pedagógica curricular e a especificidade da escola pública. jul. 2008.

SCHMIDT, Elizabeth Silveira. **A globalização econômica na sociedade contemporânea.** Disponível em: http://www.uepg.br/uepg_departamentos/deed/disciplinas/. Acesso em: **dez. 2007.**

SODELLI, Marcelo. **O trabalho preventivo deveria começar já na infância.** Disponível em: <http://obid.senad.gov.br>. Acesso em: 11 out. 2007.

SODELLI, Marcelo. **O professor e a prevenção ao uso abusivo de drogas na escola.** Disponível em: <http://www.profissaomestre.com.br/php/verMateria.php?cod=1317>. Acesso em: 30 jan. 2008.

VALENÇA, Tom. **Consumir e ser consumido, eis a questão!** Configurações entre usuários de drogas numa cultura de consumo. Disponível em: http://www.neip.info/downloads/t_tom_consumido.pdf. Acesso em: out. 2007.

WEIL, Andrew. **Drogas e estados superiores da consciência.** (1972). Trad. Norberto de Paula Lima. São Paulo: Editora Ground, 1986.